

Fras-le S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às informações financeiras	16



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Fras-le S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	162.081	216.136	224.720	237.773
Aplicações financeiras	7	5.866	241.473	5.871	241.473
Clientes	8	247.035	187.402	112.778	77.793
Estoques	9	134.932	121.145	368.281	256.210
Impostos e contribuições a recuperar	10	23.366	19.290	59.006	38.558
Randonprev		965	641	1.036	641
Outros ativos circulantes		5.321	5.870	10.417	12.333
		579.566	791.957	782.109	864.781
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos e contribuições a recuperar	10	7.015	4.906	26.867	16.878
Depósitos judiciais	17	13.130	10.924	14.731	11.644
Impostos diferidos	22	-	-	32.739	25.718
Dividendos a receber	11	257	438	-	-
Partes relacionadas		3.456	768	-	-
Randonprev		3.265	-	3.549	-
Outros ativos não circulantes		-	-	3.315	191
		27.123	17.036	81.201	54.431
Investimentos	13	455.588	217.147	232	396
Imobilizado	14	257.096	256.159	503.965	371.930
Propriedade para investimento	14			720	
Intangível	15	5.781	7.526	158.986	64.927
		745.588	497.868	745.104	491.684
Total do ativo		1.325.154	1.289.825	1.527.213	1.356.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	104.123	119.234	157.413	135.038
Fornecedores		62.914	53.961	95.658	78.378
Impostos e contribuições		15.569	19.675	31.759	32.990
Salários e encargos		20.773	15.889	33.189	21.722
Adiantamento de clientes		2.184	1.556	3.408	1.659
Dividendos a pagar	20	2	3	2	3
Juros sobre o capital próprio a pagar	20	22.620	23.740	22.620	23.740
Participações dos empregados e administradores		7.629	7.505	8.328	7.822
Comissões a pagar		2.352	1.098	2.963	1.098
Provisões para garantias		1.080	1.715	1.195	1.715
Contas a pagar por combinação de negócios		-	87.508	-	87.508
Outros passivos circulantes		5.215	7.105	16.612	26.648
		244.461	338.989	373.147	418.321
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	146.598	78.955	214.347	85.218
Impostos diferidos	22	55.499	43.196	61.128	49.337
Provisão para litígios	17	6.220	5.610	12.501	8.044
Subvenção governamental a realizar		2.819	3.088	2.819	3.088
Provisão para perda com investimento	13	33.360	32.512	-	-
Outros passivos não circulantes		1.570	6.580	9.211	9.436
Contas a pagar por combinação de negócios		27.500	-	27.500	-
		273.566	169.941	327.506	155.123
Total do passivo		518.027	508.930	700.653	573.444
Patrimônio líquido					
Capital social	19	600.000	600.000	600.000	600.000
Reserva de incentivos fiscais		2.840	2.571	2.840	2.571
Reservas e transações de capital		(4.623)	(4.623)	(4.623)	(4.623)
Reservas de Lucros		210.794	165.586	210.794	165.586
Ações em tesouraria		(13.352)	(13.352)	(13.352)	(13.352)
Outros resultados abrangentes	19	11.468	30.713	11.468	30.713
Total da participação dos acionistas da controladora		807.127	780.895	807.127	780.895
Participação de acionistas não controladores		-	-	19.433	2.126
Total do patrimônio líquido		807.127	780.895	826.560	783.021
Total do passivo e patrimônio líquido		1.325.154	1.289.825	1.527.213	1.356.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	23	673.987	596.940	1.141.149	832.831
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(488.613)	(437.119)	(837.529)	(615.664)
Lucro bruto		185.374	159.821	303.620	217.167
Outras receitas (despesas) operacionais	24				
Vendas		(62.566)	(50.883)	(115.044)	(75.187)
Administrativas e gerais		(45.901)	(41.896)	(94.825)	(62.597)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(20.202)	(16.381)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		43.062	(2.848)	46.023	(14.144)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		99.767	47.813	139.774	65.239
Despesas financeiras	26	(99.464)	(64.504)	(218.157)	(77.820)
Receitas financeiras	26	116.867	93.285	171.918	96.176
Ajuste correção monetária		-	-	8.739	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		117.170	76.594	102.274	83.595
Imposto de renda e contribuição social	22	(23.841)	(12.529)	(13.713)	(19.435)
Lucro líquido do exercício		93.329	64.065	88.561	64.160
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(4.768)	95
Atribuível aos acionistas da controladora		93.329	64.065	93.329	64.065
Lucro por ação básico e diluído					
atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	21	0,4350	0,2986	0,4350	0,2986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		93.329	64.065	88.561	64.160
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Ajustes acumulados de conversão	13	(24.196)	(501)	(24.196)	(501)
Ganho (perda) atuarial - Randonprev	12	4.490	185	4.490	185
Imposto de renda e contribuição social - Randonprev	22	(1.490)	(16)	(1.490)	(16)
Ganho (perda) atuarial, líquida		3.000	169	3.000	169
Hedge accounting	27	3.720	7.797	3.720	7.797
Hedge accounting		3.720	7.797	3.720	7.797
Resultado abrangente total		<u>75.853</u>	<u>71.530</u>	<u>71.085</u>	<u>71.625</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da controladora				75.853	71.530
Acionistas não controladores				<u>(4.768)</u>	<u>95</u>
				<u>71.085</u>	<u>71.625</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						
	Capital social	Reservas e transações de capital	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva geral de lucros	Outros resultados abrangentes e Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	600.000	(4.623)	33.463	117.957	25.339	-	772.136
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.065	64.065
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(501)	-	(501)
Avaliação atuarial	-	-	-	-	169	-	169
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	269	-	(269)	-
Hedge accounting	-	-	-	-	7.797	-	7.797
Realização da depreciação do custo atribuído	-	-	-	-	(2.091)	2.091	-
Destinações propostas:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	3.294	-	-	(3.294)	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	9.896	-	(9.896)	-
Dividendos	-	-	-	(10.074)	-	-	(10.074)
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	(52.697)	(52.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	600.000	(4.623)	36.757	118.048	30.713	-	780.895
Saldos em 31 de dezembro de 2017	600.000	(4.623)	36.757	118.048	30.713	-	780.895
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	93.329	93.329
Efeito dos acionistas não controladores sobre empresas consolidadas	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(24.196)	-	(24.196)
Avaliação atuarial	-	-	-	-	3.000	-	3.000
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	269	-	(269)	-
Hedge accounting	-	-	-	-	3.720	-	3.720
Realização da depreciação do custo atribuído	-	-	-	-	(1.769)	1.769	-
Destinações propostas:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	4.741	-	-	(4.741)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	40.467	-	(40.467)	-
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	(49.621)	(49.621)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	600.000	(4.623)	41.498	158.784	11.468	-	807.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fras-le S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	93.329	64.065	88.561	64.160
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23.841	12.529	13.713	19.435
Depreciação e amortização	25.169	26.591	44.002	41.192
Provisões para litígios	610	(396)	4.396	675
Provisão para perdas de crédito esperadas	158	173	769	653
Provisão para estoques obsoletos	544	(510)	7	528
Outras provisões	1.378	1.406	2.371	3.135
Custo residual de ativos imobilizado baixados e vendidos	1.126	1.623	7.555	735
Compra vantajosa na aquisição de participação societária	(53.481)	-	-	-
Equivalência patrimonial	20.202	16.381	-	-
Ajuste correção monetária	-	-	(8.739)	-
Variação cambial e juros sobre empréstimos	23.465	13.608	29.984	14.553
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	(7.392)	9.031
Receita de subvenção governamental	(269)	(268)	(269)	(268)
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	(59.765)	(19.890)	4.010	9.986
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	235.607	32.708	235.602	32.708
Depósitos judiciais	(2.206)	(2.914)	(2.853)	(3.144)
Outras contas a receber	(16.603)	(16.124)	(26.150)	584
Estoques	(14.331)	(33.693)	(54.920)	(46.998)
Fornecedores	8.953	12.482	(5.833)	6.429
Outras contas a pagar	2.984	8.725	(50.947)	(10.971)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	290.711	116.496	273.867	142.423
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.155)	(12.881)	(7.713)	(13.717)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	283.556	103.615	266.154	128.706
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Integralização de capital em controladas	(46.088)	-	-	-
Aquisição de controladas	-	(830)	-	-
Combinação de negócios	(245.392)	(6.027)	(228.168)	(2.534)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(25.487)	(15.784)	(80.155)	(44.970)
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(316.967)	(22.641)	(308.323)	(47.504)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(45.991)	(40.973)	(45.991)	(40.973)
Empréstimos tomados	207.619	79.897	288.612	78.759
Pagamento de empréstimos	(174.978)	(113.839)	(205.444)	(127.810)
Juros pagos por empréstimos	(7.294)	(8.452)	(8.061)	(9.649)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) em atividades de financiamentos	(20.644)	(83.367)	29.116	(99.673)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(54.055)	(2.393)	(13.053)	(18.471)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício (Nota explicativa 6)	216.136	218.529	237.773	256.244
No fim do exercício (Nota explicativa 6)	162.081	216.136	224.720	237.773
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(54.055)	(2.393)	(13.053)	(18.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fras-le S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de produtos e serviços (-) devoluções	897.718	809.895	1.385.516	1.096.650
Outras receitas	54.682	15.246	67.435	19.513
Receitas relativas à Construção de Ativos Próprios	1.302	205	1.528	204
Provisão para perdas esperadas de crédito	(158)	(173)	(768)	(653)
	953.544	825.173	1.453.711	1.115.714
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Matérias-primas consumidas	(308.986)	(285.239)	(449.584)	(306.794)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(181.159)	(139.782)	(294.533)	(299.446)
	(490.145)	(425.021)	(744.117)	(606.240)
Retenções				
Depreciação e amortização	(25.169)	(26.591)	(44.002)	(41.192)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	438.230	373.561	665.592	468.282
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(20.202)	(16.381)	-	-
Aluguéis e Royalties	119	30	-	-
Correção Monetária	-	-	8.739	-
Receitas financeiras	116.867	93.285	171.918	96.176
	96.784	76.934	180.657	96.176
Valor adicionado total a distribuir	535.014	450.945	846.249	564.458
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	120.021	116.430	240.945	153.996
Benefícios	18.078	16.474	32.023	25.762
F.G.T.S	13.296	12.494	16.297	13.910
Honorários e participações dos administradores	4.506	5.276	5.202	5.276
Participações dos empregados nos lucros	8.373	8.250	9.347	8.250
Plano de aposentadoria	907	935	971	935
	165.181	159.859	304.785	208.129
Tributos				
Federais	99.198	93.691	127.325	116.151
Estaduais	71.415	63.124	93.596	89.279
Municipais	603	597	873	723
	171.216	157.412	221.794	206.153
Financiadores				
Juros e despesas financeiras	99.464	64.504	218.157	77.820
Aluguéis	5.824	4.656	12.952	8.197
	105.288	69.160	231.109	86.017
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio e dividendos	49.621	52.697	49.621	52.697
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(4.768)	95
	43.708	11.367	43.708	11.367
Lucros retidos do exercício	43.708	11.367	43.708	11.367
Valor adicionado distribuído	535.014	450.495	846.249	564.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída na forma de uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3”), tem por objeto principal a fabricação, a comercialização e a importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Colômbia, Uruguai e Holanda. A controladora da Companhia é a Randon S.A. Implementos e Participações.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 19 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Hiperinflação na Argentina

A Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018, após superar os 100% de inflação acumulada nos três últimos períodos. Por esta razão, as demonstrações financeiras das controladas que operam em economias hiperinflacionárias são corrigidas pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do período conforme determinação do CPC 42 /IAS 29 -Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

Os ativos e os passivos não monetários registrados pelo custo histórico, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor.

Os impactos de correção monetária até 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos no patrimônio líquido das controladas e a correção monetária do período corrente foi reconhecida diretamente na demonstração do resultado em conta específica, no resultado financeiro (nota

explicativa 26).

A taxa de câmbio utilizada para converter as informações financeiras das controladas na Argentina para a moeda de apresentação da Companhia leva em consideração a taxa de conversão de fechamento divulgada pelo BACEN (Banco Central do Brasil).

No consolidado, as diferenças resultantes de conversões cambiais foram refletidas no patrimônio líquido da Companhia em outros resultados abrangentes.

A demonstração de resultados do exercício de 2017 e os respectivos balanços patrimoniais das controladas na Argentina não foram reapresentados.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial e os impactos das alterações no poder de compra geral, a partir de 1º de janeiro de 2018, foram reportados no resultado financeiro da demonstração de resultados da Companhia. Em decorrência dos efeitos acima, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu em seu Patrimônio líquido consolidado R\$ 8.818, líquido dos efeitos tributários, e em sua Demonstração de resultado consolidada os montantes de R\$ 8.739 no resultado financeiro, e de R\$ 1.780 no resultado de impostos diferidos.

2.4 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentadas abaixo:

	Objeto Social	País-sede	2018	2017
			%	%
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	99,49	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Estados Unidos da América	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd.(a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	Representação e comércio de autopeças	África do Sul	100,00	100,00
		Emirados Árabes		
Fras-le Middle East (a)	Representação e comércio de autopeças	Unidos	100,00	100,00
	Fabricação de peças e acessórios para			
Freios Controil Ltda. (b)	veículos automotores	Brasil	99,99	99,99
Fras-le Panamericana S.A.S (a)	Representação e comércio de autopeças	Colômbia	100,00	100,00
FANACIF S.A (a)	Fabricação e comércio de autopeças	Uruguai	100,00	100,00
Armetal Autopartes S.A. (a)	Distribuição de autopeças	Argentina	100,00	100,00
	Fabricação de líquido de freios e			
FARLOC Argentina S.A.I.C YF (c)	fluidos refrigerantes	Argentina	76,09	76,09
ASK Fras-le Friction Private Limited (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Índia	51,00	-
	Fabricação de peças e acessórios para			
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	veículos automotores	Brasil	80,10	-
Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.)	Fabricação de peças e acessórios para			
	veículos automotores	Brasil	100,00	-
Euro Expo S.A.(d)	Distribuição de autopeças	Argentina	100,00	-
Eurobrakes B.V. (e)	Distribuição de autopeças	Holanda	100,00	-

(a) Empresas controladas no exterior.

(b) Empresa controlada no país.

(c) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Armetal Autopartes S.A.

(d) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.).

(e) Empresa controlada no exterior com controle direto retido pela Euro Expo S.A

c. Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

O ágio e o valor justo dos ativos provenientes de aquisições de controladas no exterior são registrados inicialmente convertidos pela taxa de câmbio na data da combinação de negócio. O ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado nas aquisições de operações no exterior e a mais valia dos ativos, são tratados como operações da adquirida e, desta forma, convertidos pela taxa de fechamento na data de reporte. As variações cambiais decorrentes desta conversão são registradas em outros resultados abrangentes.

i. Aquisição Grupo ARMETAL AUTOPARTES S.A.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de novembro de 2017, a Companhia celebrou contratos de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças (“Contratos”), com o objetivo de adquirir as seguintes participações societárias: (i) ações representativas de 100% do capital social da PALR S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que por sua vez é controladora da ARMETAL AUTOPARTES S.A.; (ii) ações representativas de 99,99% do capital social da ARMETAL AUTOPARTES S.A., que, por sua vez detém 76,09% das ações representativas do capital social da FARLOC ARGENTINA S.A.C. y F., ambas sociedades anônimas constituídas de acordo com as leis da Argentina, com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires; e, (iii) ações representativas de 100% do capital social da FANACIF S.A., sociedade anônima fechada constituída de acordo com as leis do Uruguai, com sede em Montevideu.

O principal objetivo da Companhia com o negócio é reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva.

O fechamento do negócio ocorreu efetivamente em 4 de dezembro de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, inclusive a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017.

Em 1º de março de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

A soma dos ativos líquidos adquiridos, resultam nos seguintes montantes:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	3.493	3.493
Clientes	26.620	26.620
Estoques	37.579	37.579
Outros ativos	9.747	9.747
Não circulante		
Outros ativos	1.511	1.511
Imobilizado	6.332	32.502
Intangível	-	48.648
Total do Ativo	85.282	160.100
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	15.529	15.529
Empréstimos	8.235	8.235
Outros passivos	11.138	11.138
Não circulante		
Outros passivos	5.578	5.578
Total do Passivo	40.480	40.480
Ativos líquidos de passivos	44.802	119.620

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (d)	97.547
Patrimônio Líquido adquirido	41.306
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	23.862
Intangível (b)	46.122
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (c)	(22.844)
Ágio apurado na operação líquido de efeito tributário	9.101

O preço de compra das Companhias adquiridas foi de R\$ 97.547, sendo que R\$ 87.508 foram pagos em caixa, dos quais R\$ 4.402 foram pagos em 2017 e o restante foi pago em 2018, R\$ 1.625 pela assunção de dívida dos vendedores com as adquiridas e R\$ 8.414 foram retidos pelo prazo de até 8 anos, a partir da data de aquisição.

- (a) O ativo imobilizado das adquiridas na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, benfeitorias em imóveis de terceiros, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo.

O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação das

máquinas, equipamentos, do imóvel de uma das unidades localizadas na Argentina e do terreno localizado no Uruguai.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar as construções e benfeitorias do Uruguai, bem como o restante dos ativos tangíveis.

O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se à carteira de clientes das adquiridas e às marcas pertencentes à Armetal.

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (*“Multi Period Excess Earnings Method”*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi calculado um *attrition rate* médio, estimado com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 13 anos. O valor justo alocado à carteira de clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 40.553, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O valor justo das marcas pertencentes à Armetal foi calculado considerando o método de *“relief-from-royalty”*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada, para este intangível, foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca, na data de aquisição, foi de R\$ 5.569 o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia do ativo imobilizado e ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição na Argentina e no Uruguai, respectivamente. A realização no resultado será proporcional às respectivas depreciações e amortizações dos ativos.
- (d) A contraprestação envolvida nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. Os Contratos não contêm contraprestação contingente.

ii. Aquisição Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (“Jurid”)

Conforme fato relevante divulgado em 8 de janeiro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento do Acordo de Associação com a Federal Mogul VCS Holding BV (*“Federal Mogul”*) foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, correspondente a 80,1% das quotas

representativas do capital social da Jurid, com sede em Sorocaba - São Paulo. Nesta data a Companhia assume efetivamente o controle da Jurid.

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio, é reforçar sua atuação na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul.

Em 18 de dezembro de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final da compra vantajosa, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição.

A soma dos ativos líquidos adquiridos, resultam nos seguintes montantes:

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	4.585	4.585
Clientes	11.397	11.397
Estoques	11.080	11.080
Outros ativos	598	598
Não circulante		
Imobilizado	11.246	41.792
Intangível	-	9.649
Propriedades para investimento	-	720
Total do ativo	38.906	79.821
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	7.090	7.090
Outros passivos	4.435	4.435
Não circulante		
Outros passivos	2.060	2.060
Total do passivo	13.585	13.585
Ativos líquidos de passivos	25.321	66.236
Participação de não controladores (19,9%)	5.039	13.038
Total de ativos líquidos de passivos da controladora	20.282	53.198

A compra vantajosa reconhecida como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	-
Patrimônio líquido	25.321
Participação de não controladores	(5.039)
Patrimônio líquido adquirido	20.282
Mais valia de ativos	
Imobilizado (a)	25.470
Intangível (b)	7.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c)	(18.183)
Compra vantajosa apurada na operação	35.298

A transação para a aquisição da participação correspondente a 80,10% das quotas representativas do capital social da Jurid não envolveu desembolso financeiro (contraprestação transferida).

- (a) O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação do terreno, imóveis e de parte das máquinas e equipamentos.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar o restante dos ativos tangíveis.

- (b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se ao contrato de uso das marcas pertencentes à Federal Mogul e ao contrato de locação referente ao terreno adjacente ao imóvel de Sorocaba e suas edificações (*“Free Lease Agreement”*) com obrigação de realocação e construção de edificações no terreno da Jurid.

O valor justo das marcas que a Jurid tem direito de uso conforme contratos com a Federal Mogul foi calculado considerando o método de *“relief-from-royalty”*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 30 anos. O valor justo alocado à marca, na data de aquisição, foi de R\$ 7.999, dos quais R\$ 6.407 referem-se a parcela adquirida pela Companhia, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O *Free Leasing Agreement* garante a locação das edificações de apoio: refeitório, auditório, portaria, estação de tratamento da água e vias de acesso. Para avaliação das construções a serem realocadas foi utilizado o método da quantificação do custo, resultando em um valor de R\$1.650, dos quais R\$ 1.322 referem-se à parcela adquirida pela Companhia. O contrato foi firmado na data de 30 de dezembro de 2016, tendo como locador a Federal-Mogul Sorocaba Holding Ltda., e como locatária a Jurid. Conforme especificado no contrato, o acordo de uso se mantém vigente até que o processo de realocação das construções esteja definido e concluído. Desta forma, o contrato firmado apresenta prazo indefinido.

- (c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre as diferenças temporárias, representadas pela mais valia dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição no Brasil.

iii. *Aquisição da Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.).*

Conforme fato relevante divulgado em 5 de outubro de 2018, as condições precedentes ao Fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville- Santa Catarina. Naquela data, a Companhia assumiu efetivamente o controle da Jofund.

A Empresa possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da EuroBrakes (Holanda) e EuroExpo (Argentina).

O principal objetivo da Companhia, com a aquisição do negócio é a ampliação do portfólio de produtos e a busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando também seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas, o que ampliará a oferta de produtos e melhor atendimento às necessidades do mercado.

Em 31 de janeiro de 2019, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3). Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de setembro de 2018, data do último balanço levantado pelas adquiridas, antes da data de aquisição.

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	12.639	12.639
Clientes	27.676	27.676
Estoques	39.066	39.196
Outros ativos	8.036	8.036
Não circulante		
Outros ativos	494	494
Imobilizado	31.489	51.236
Intangível	1.836	45.064
Total do ativo	121.236	184.341
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	16.023	16.023
Empréstimos e Financiamentos	23.582	23.582
Outros passivos	15.146	15.146
Não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	19.111	19.111
Outros passivos	1.453	1.453
Total do passivo	75.315	75.315
Ativos líquidos de passivos	45.921	109.026
Total de ativos líquidos de passivos da controladora	121.236	184.341

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (a)	180.287
Patrimônio Líquido adquirido	45.921
Mais valia de ativos	
Estoques (b)	130
Imobilizado (c)	19.747
Intangível (d)	43.228
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (e)	(1.762)
Ágio apurado na operação líquido de efeito tributário	73.023

O preço de compra das Companhias adquiridas foi de R\$ 180.287, sendo que R\$ 162.287 foram pagos em caixa, e, R\$ 18.000 foram retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

- (a) A contraprestação envolvida nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. Os contratos não contêm contraprestação contingente.
- (b) Os estoques da Fremax S.A., na data de aquisição, referem-se a estoques de produtos acabados e estoques em trânsito de pastilha de freio. Esses estoques foram avaliados pelo valor de mercado e a vida útil determinada pelo giro do estoque. A vida útil econômica considerada, para este ativo, foi de 3 meses. O valor justo, para este ativo, foi determinado em R\$ 130 e será amortizado pela sua vida útil.
- (c) O ativo imobilizado das adquiridas na data de aquisição era composto majoritariamente por máquinas e equipamentos industriais e veículos. Para a avaliação do imobilizado foram aplicados método comparativo direto de dados de mercado e o método de quantificação do custo.

O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determina o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. Este método foi utilizado para a avaliação das máquinas, equipamentos e veículos da Fremax S.A.

O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. Este método foi utilizado para avaliar as máquinas e equipamentos.

O valor da mais valia será depreciado pelo prazo da sua vida útil.

- (d) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se à carteira de clientes das adquiridas e às marcas pertencentes à Fremax S.A., Euro Expo e Euro Brakes.

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (*“Multi Period Excess Earnings Method”*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foram aplicadas sobre a base de receitas uma taxa de rotatividade (*churn rate*), estimada com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 11 anos para Fremax, 6 anos para EuroBrakes e 12 anos para EuroExpo.

O valor justo alocado à carteira de clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 33.829, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

O valor justo das marcas pertencentes à Jofund foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. A vida útil econômica considerada para este intangível foi de 20 anos. O valor justo alocado à marca na data de aquisição, foi de R\$ 9.399 o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil.

- (e) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social diferida passiva sobre as diferenças temporárias relacionadas as mais valias de ativos, localizados fora do Brasil, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição na Holanda e Argentina, respectivamente.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. A Companhia tem como principal receita a venda de produtos.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está relacionada abaixo:

Controladas

Fras-le Argentina S.A.
 Fras-le North America, Inc.
 Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.
 Fras-le México S de RL de CV
 Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd
 Fras-le Europe
 Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited
 Fras-Le Middle East
 Freios Controil Ltda

Moeda funcional

Peso Argentino
 Dólar Americano
 Peso Chileno
 Peso Mexicano
 Iuan
 Euro
 Rande
 Dirham
 Real

Fras-le Panamericana S.A.S	Peso Colombia
FANACIF S.A	Dólar Americano
Armetal Autopartes S.A.	Peso Argentino
FARLOC Argentina S.A.I.C YF	Peso Argentino
ASK Fras-le Friction Private Limited	Rupia
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Real
Fremax Sistemas Automotivos Eireli (Jofund S.A.)	Real
Euro Expo S.A.	Peso Argentino
Eurobrakes B.V	Euro

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial..

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas aos instrumentos financeiros são fornecidas na nota explicativa 5.1.

3.4 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.6 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/ IAS28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7 Imobilizado

a. **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando existir.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	39 anos	2,6	39 anos	2,6
Máquinas e equipamentos	11 anos	9,0	9 anos	11,1
Moldes	6 anos	16,7	4 anos	25,0
Veículos	6 anos	16,7	6 anos	16,7
Móveis e utensílios	5 anos	20,0	6 anos	16,7
Equipamentos de informática	3 anos	33,3	3 anos	33,3
Marcas e patentes	-	-	6 anos	16,7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.8 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Imposto corrente

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.12 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de Renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O Plano referido contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Companhia reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que tiveram início em Junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;

- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em Novembro/2016.

3.13 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota explicativa 12). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.14 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o exercício, correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.15 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.16 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente lucro, conforme destinação dada pela Administração da Companhia.

3.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais

são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.18 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- **Nota explicativa 17** - Provisão para litígios
- **Nota explicativa 14** - Imobilizado
- **Nota explicativa 15** - Intangível

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 08** - Clientes
- **Nota explicativa 09** - Estoques
- **Nota explicativa 10** - Impostos e contribuições a recuperar
- **Nota explicativa 12** - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários
- **Nota explicativa 14** - Imobilizado
- **Nota explicativa 15** - Intangível
- **Nota explicativa 17** - Provisão para litígios
- **Nota explicativa 22** - Imposto sobre o lucro
- **Nota explicativa 26** - Resultado financeiro
- **Nota explicativa 27** - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras

importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a. Receita de contrato com cliente

A Companhia aplicou julgamentos sobre as receitas de contrato com o cliente em relação a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita com cliente na nota explicativa 5.1.

b. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia.

A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

c. Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.

d. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos

tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 22.

e. Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nestas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota explicativa 12.

f. Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

g. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no

modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia realizou avaliação de *impairment* de seus ativos não financeiros para o exercício de 2018 e não identificou a necessidade de registros de *impairment* além dos mencionados na nota explicativa 14.

i. Evidenciação de economia hiperinflacionária

Conforme divulgado na nota explicativa 2.3, a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, qual seja, o parágrafo 3 do CPC 42/IAS 29, não prevê o uso de um índice específico de preços, mas permite que seja usado julgamento na definição de índice de preços quando a correção monetária das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): *IPIM - Índice de Precios Internos al por Mayor* e *IPC - Índice de precios al consumidor*.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

5.1 Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

a. CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contrato com cliente

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15, a partir de 1º de janeiro de 2018. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, para as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias).

Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a

contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

(i) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de equipamentos eletrônicos fornecem aos clientes o direito de devolução e abatimentos por volume. O direito de devolução e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável.

Alguns contratos concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos, porque este método prevê melhor o valor da contraprestação variável a que a Companhia terá direito. As exigências do CPC 47 sobre estimativas restritivas de contraprestação variável também são aplicadas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação. Os montantes envolvidos não são significativos.

(ii) Componente de financiamento significativo

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos.

Garantias

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais de defeitos que existiam no momento da venda, conforme exigido por lei. Estas garantias de natureza de asseguração são contabilizadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Estas garantias de tipo de serviço não são vendidas separadamente ou agrupadas à venda de produtos, o que descaracteriza a obrigação de performance de vendas de serviços distintos.

Programa de incentivo de vendas

A Companhia possui programa de incentivo de vendas que remuneram financeiramente os participantes que atingirem as metas regulamentadas. A IFRS 15 exige que a contraprestação variável estimada seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita.

Ao estimar o preço de venda dos produtos, a Companhia considera a possibilidade de pagamento do programa de incentivo de vendas. A Companhia realiza avaliação sobre o pagamento de programas de incentivo de vendas na data de cada balanço. Quaisquer impactos relevantes são ajustados na conta de receita contra o saldo de passivo.

Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

A norma exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir:

Obrigações de Desempenho

Nos contratos com clientes a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, devido ao fato de que o contrato permite ao cliente a devolução dos produtos, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia não possui contratos com direito à devolução de venda, sendo que as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentando valores relevantes. Por este motivo, a Companhia opta por não aplicar a norma de restrição na receita.

Em relação ao programa de incentivos de vendas, a Companhia realizou a análise do efeito do diferimento à receita e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Componentes de Financiamento

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, somente de curto prazo.

A Companhia decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Companhia espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

b. CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A norma IFRS 9/CPC 48 substituiu, a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- classificação e mensuração de ativos financeiros;
- redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e
- contabilidade de *hedge*.

A Companhia aplicou o CPC 48 de forma prospectiva, com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018.

Classificação e mensuração dos ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, os instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação toma por base dois critérios: o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A avaliação do modelo de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, e aplicada prospectivamente. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são exclusivamente compostos de pagamentos de principal e juros foi realizada com base nos fatos e circunstâncias existentes no reconhecimento inicial dos ativos.

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia. A Companhia continuou a mensurar pelo valor justo todos os ativos financeiros anteriormente mantidos ao valor justo de acordo com o CPC 38. A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Controladora

	<u>31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38</u>		<u>1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48</u>	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.639	-	18.639
Aplicações de liquidez imediata	-	197.497	-	197.497
Clientes	187.402	-	187.402	-
Clientes empresas ligadas	768	-	768	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP))	-	241.473	-	241.473
Total	188.170	457.609	188.170	457.609

Contas a receber de clientes e outros recebíveis anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis são classificados como recebíveis de contratos de clientes através do CPC 47/IFRS 15. Esses ativos foram avaliados pelo método de perda esperada conforme determinação do CPC 48.

Consolidado

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.716	-	33.716
Aplicações de liquidez imediata	-	204.057	-	204.057
Clientes	77.793	-	77.793	-
Clientes empresas ligadas	-	-	-	-
Aplicações de liquidez não imediata (CP)	-	241.473	-	241.473
Outros direitos realizáveis	191	-	191	-
Total	77.794	479.246	77.794	479.246

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Não há mudanças na classificação e mensuração para os passivos financeiros da Companhia.

Redução ao valor recuperável - Modelo de perdas em crédito esperadas

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Em função do atual procedimento de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas.

Contabilidade de hedge

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas como relações de *hedge* eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com a CPC48/IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (*hedges*) em que se excluíram os componentes (*forward points*) de designação como *hedge* de acordo com a IAS 39. A IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza *hedges* efetivos, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Normas emitidas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois não é permitido no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, no período de adoção inicial.

a. CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia possui arrendamentos de prédios, máquinas e equipamentos utilizados para a operação. O impacto esperado é um acréscimo de aproximadamente 2% nos ativos e passivos da controladora, e 5% no consolidado na mesma proporção. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia.

Com relação à análise do resultado, o valor das despesas referente aos arrendamentos operacionais, registradas no resultado operacional, darão lugar às despesas de juros dos arrendamentos mercantis, registradas no resultado financeiro, e às despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Transição

A Empresa pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem prospectiva. Será utilizado o expediente prático com relação à definição de contrato

de arrendamento, ou seja, não serão considerados contratos de arrendamento anteriores a 1º de janeiro de 2019, de curto prazo ou de baixo valor.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	243	353	50.128	15.148
Numerários em trânsito (a)	33.650	18.286	34.980	18.568
Aplicações financeiras (b)	128.188	197.497	139.612	204.057
	162.081	216.136	224.720	237.773

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 90% e 100% (60% a 101% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se à aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

Aplicação	Remuneração média	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
CDB	100,00% a 100,50 % do CDI (99,00% a 102,50% em 31 de dezembro de 2017)	5.866	241.473	5.871	241.473

8 Clientes

Controladora		Consolidado	
2018	2017	2018	2017

No País	6.307	6.119	12.080	10.027
De terceiros	668	2.908	4.452	4.839
Partes relacionadas (Nota 11)	3.087	685	3.838	2.090
Vendor	2.552	2.526	3.790	3.098
No exterior	242.506	182.988	105.241	71.324
De terceiros	19.266	12.091	105.241	71.324
Partes relacionadas (Nota 11)	223.240	170.897	-	-
	248.813	189.107	117.321	81.351
Menos:				
Ajuste a valor presente	(573)	(658)	(610)	(681)
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.205)	(1.047)	(3.933)	(2.877)
	247.035	187.402	112.778	77.793

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 09 dias, para o mercado externo controladas 509 e 421 dias e mercado externo terceiros 83 e 79, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(1.047)	(874)	(2.877)	(2.224)
Adições por combinação de negócio	-	-	(287)	-
Adições	(3.432)	(1.405)	(5.393)	(2.595)
Baixas/realizações	3.274	1.232	4.624	1.942
Saldo no final do exercício	(1.205)	(1.047)	(3.933)	(2.877)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	51.994	97.614	66.315	76.663
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	17.748	5.828	27.232	2.897
De 31 a 60 dias	18.496	2.407	8.118	1.003
De 61 a 90 dias	11.623	2.270	4.338	319
De 91 a 180 dias	37.909	19.858	7.961	303
Acima de 181 dias	111.043	61.130	3.357	166
Total	248.813	189.107	117.321	81.351

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo. Nos saldos da controladora, o contas a receber vencido acima de 61 dias são representadas principalmente por venda de produtos para controladas (veja Nota explicativa 11).

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 27.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	70.008	54.306	215.976	150.815
Produtos em elaboração	9.861	9.516	24.087	17.054
Matérias-primas	42.331	40.944	81.237	65.652
Materiais auxiliares e de manutenção	5.887	5.422	13.259	10.141
Adiantamentos a fornecedores	539	239	6.559	7.772
Importações em andamento	10.889	14.757	32.001	14.757
Provisão para perdas com estoques	(4.583)	(4.039)	(11.849)	(9.981)
Ajuste correção monetária	-	-	7.011	-
	134.932	121.145	368.281	256.210

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(4.039)	(4.549)	(9.981)	(7.659)
Adição por combinação de negócio	-	-	(1.861)	(1.794)
Adições	(1.605)	(2.810)	(5.947)	(4.797)
Baixas / realizações	1.061	3.320	5.940	4.269
Saldo no final do exercício	(4.583)	(4.039)	(11.849)	(9.981)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS (a)	6.521	6.256	7.781	6.321
IPI (b)	64	68	64	524
IR e CS (c)	12.301	5.833	17.039	6.429
COFINS (d)	3.906	3.035	4.090	3.049
PIS (d)	830	641	876	644
IVA (e)	-	-	34.365	13.061
Reintegra (f)	2.447	5.228	3.731	5.486
Outros	4.312	3.135	17.928	19.922
Total	30.381	24.196	85.873	55.436
Circulante	23.366	19.290	59.006	38.558
Não circulante	7.015	4.906	26.867	16.878
Total	30.381	24.196	85.873	55.436

a. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais

da Companhia.

b. Imposto sobre produtos industrializados (IPI)

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d. Programa de integração social e contribuição para o financiamento da seguridade social (PIS e COFINS)

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e. Imposto sobre valor adicionado (IVA)

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar da controlada Fras-le Argentina. Os referidos créditos não prescrevem.

f. Reintegra

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de tributos federais em casos de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando do pagamento de qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos, não comparáveis a operações com terceiros não relacionados.

	Ativo			Passivo	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Mútuos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Randon S.A. Implementos e Participações (b)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	730	-	-	71	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	585	-	-	632	-
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	184	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3	-	-	-	-

Fras-le S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Ativo			Passivo	
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Mútuos a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	43	-	-	-	-
Freios Controil Ltda (e)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35	-	2.451	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	53	-	768	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (e)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.125	-	1.005	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	40.886	257	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.360	438	-	-	-
Fras-le North America, Inc. (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	157.342	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	133.478	-	-	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	253	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	244	-	-	270	-
Fras-le Europe (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.524	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.473	-	-	-	-
Fras-le Panamericana (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.223	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.342	-	-	-	-
FANACIF (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9	-	-	-	180
ASK (c)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	226.327	257	3.456	71	180
Saldo em 31 de dezembro de 2017	171.582	438	768	902	-

Fras-le S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras Receitas	Outras Despesas	Recebimentos	Pagamentos
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	516	44	-	27	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2017	600	139	664	60	24	12
Randon Implementos para o Transporte Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	720	-	-	262
Randon S.A. Implementos e Participações (b)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.570	6.696	320	14.738	14	13
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.392	6.399	3.233	14.089	16	14
Randon Veículos Ltda. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	33	-	67	67	47	-
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	31.491	485	-	29	9	19
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.744	410	2.742	80	9	14
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.612	38	-	7	16	17
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.106	58	1.715	28	6	12
Freios Controil Ltda (e)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	176	13	-	62	76	48
Saldo em 31 de dezembro de 2017	209	341	-	-	19	44
Randon Consórcios Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	2	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	7	17	-	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	5.108	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	6.361	-	18
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (e)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.105	-	-	-	65	26
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.517	-	-	-	274	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	42.588	-	-	-	227	-
Fras-le North America, Inc (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114.443	230	-	1.354	563	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	93.497	3	-	1.112	499	-
Fras-le Mexico S de RL de CV (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	592	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	413	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	478	1.820	-	-	156	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	381	3.095	-	-	105	-
Fras-le Europe (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.602	-	-	871	115	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.322	-	-	374	101	-
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	302	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	515	-	-
Fras-le Andina (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	282	-	-

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras Receitas	Outras Despesas	Recebimentos	Pagamentos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	200	-	-
Fras-le Middle East (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	343	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	427	-	-
Fras-le Panamericana (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.667	-	-	90	267	22
FANACIF (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	948	-	-	-	155	-
ASK (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4	-	-	-	115	35
Outras Partes Relacionadas (a)						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	66	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	83	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	233.162	9.326	387	23.940		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	181.839	10.445	9.081	23.759		

- (a) Saldos de mútuos a pagar mantidos com diretores e membros do Conselho de Administração e saldos mantidos com outras partes relacionadas.
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final da Companhia é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Empresas controladas pelo controlador direto Randon S.A. Implementos e Participações.
- (e) Empresas controladas no Brasil.

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se à vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas e vendas de insumos utilizados na produção, e prestação de serviços. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Anbima.

Os saldos em aberto no exercício findo não possuem garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal-chave da Administração: o Conselho de Administração, a diretoria estatutária e o Conselho Fiscal. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e com assistência médica)	5.203	5.034	5.528	5.034
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	84	146	109	146
Total	5.287	5.180	5.637	5.180

A Companhia não pagou às pessoas-chave da administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2018 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço corrente	152	142	169	142
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	225	284	245	284
Receita de juros sobre ativos do plano	(665)	(543)	(724)	(543)
Juros sobre o superávit irrecuperável	434	245	472	245
Custo de benefício definido no resultado	145	128	145	128
Rendimento real dos ativos do plano	484	1.940	514	2.543

Ativo de benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigação com benefícios definidos	(2.692)	(2.419)	(2.918)	(2.634)
Valor justo dos ativos do plano	7.316	6.852	7.932	7.461
Superávit irre recuperável (efeito do limite de ativo)	(394)	(4.433)	(429)	(4.827)
Ativo de benefícios	4.230	-	4.585	-
(-) Circulante	965	-	1.036	-
Não circulante	3.265	-	3.549	-

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2016	(2.704)	(2.704)
Custo de juros	(284)	(284)
Custo do serviço corrente	(142)	(357)
Benefícios pagos	115	115
Ganhos atuariais sobre obrigações	596	596
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2017	(2.419)	(2.634)
Custo de juros	(225)	(245)
Custo do serviço corrente	(152)	(169)
Benefícios pagos	158	199
Perdas atuariais sobre obrigações	(53)	(69)
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2018	(2.692)	(2.918)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	4.892	4.892
Retorno sobre o investimento	1.940	2.543
Contribuição do empregador	135	142
Benefícios pagos	(115)	(115)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	6.852	7.462
Retorno sobre o investimento	484	514
Contribuição do empregador	138	155
Benefícios pagos	(158)	(199)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	7.316	7.932

A Companhia espera contribuir com R\$ 965 aos seus planos de previdência com benefício definido em 2019. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ações	1.489	1.472	1.489	1.603
Títulos	5.827	5.380	5.827	5.859
	7.316	6.852	7.316	7.462

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao exercício ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2018	2017
Taxa de desconto	9,78%	9,78%
Taxa de crescimento salarial	6,42%	6,42%
Taxa de crescimento de benefícios	4,25%	4,25%
Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

As expectativas estimadas de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Contribuições esperadas para o próximo exercício		
Empresa	146	163
	146	163
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019	266	304
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2028	3.063	3.773
	3.329	4.077
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante		
Participantes ativos	2.590	2.810
Benefício proporcional diferido	23	23
	2.613	2.833
Informações Patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2018	11%	11%
Renda variável	88%	88%
Renda fixa	1%	1%
	100%	100%
Resultado do exercício		
Custo de serviço corrente	169	186

Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido	(392)	(425)
Resultado do exercício	(223)	(239)

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2018:

Patrocinadora	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2018	1% Aumento - Efeito no VPO	1% Redução - Efeito no VPO
Fras-le S.A.	2.691	(175)	199
Freios Controil Ltda	226	(15)	17

Conforme item 145 do CPC33 (R1) Benefícios a Empregados e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto. A combinação da taxa real de desconto com a taxa de inflação, resulta na taxa nominal de desconto igual a 9,10% a.a.. Considerando o aumento de 1% na taxa de desconto, esta sensibilidade representará um acréscimo de R\$ 175 no valor do VPO para a controladora Fras-le S.A e R\$ 15 para a controlada Freios Controil Ltda, e, com a redução de 1% nesta taxa, haverá a redução no VPO de R\$ 199 para a controladora Fras-le S.A e R\$ 17 para a controlada Freios Controil Ltda. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de funcionários por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participação em empresas controladas	356.261	188.800	-	-
Ágio	73.024	9.101	-	-
Outros investimentos	-	-	952	396
Lucro não realizado nos estoques	(7.057)	(13.266)	-	-
	422.228	184.635	952	396
Classificado no ativo não circulante - Investimento	455.588	217.147	952	396
Classificado no passivo não circulante - Provisão para perda com investimento	(33.360)	(32.512)	-	-
Total dos investimentos líquidos	422.228	184.635	952	396

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos no início do exercício	184.635	80.546	396	464
Variação cambial das investidas	(1.507)	(501)	(164)	(68)
Equivalência patrimonial	(20.202)	(16.381)		-
Lucro não realizado nos estoques da controladora	6.278	(390)		-
Aquisição conforme combinação de negócio	66.203	41.308	720	-
Integralização de capital	46.088	-		-
Mais Valia	96.304	69.984		-
Ágio	73.024	9.101		-
Avaliação Randonprev	108	138		-
Efeito de câmbio	(28.703)	-		-
Outros investimentos	-	830		-
Saldos no final do exercício	422.228	184.635	952	396

Movimentação dos saldos

	Fras-le															
	North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Fras-le Control	Fras-le Middle	Fras-le Panamericana	Armetal	FANACIF	ASK	Fremax	Jurid	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2018	(32.512)	13.303	314	534	39.701	6.883	410	50.026	278	527	83.242	26.094	-	-	-	188.800
- Equivalência patrimonial	4.694	(18.185)	(155)	26	3.040	(288)	(214)	(117)	(130)	(339)	2.030	957	(2.951)	(3.208)	(5.362)	(20.202)
- Aquisição conforme combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.921	20.282	66.203
- Mais valia por combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.140	33.199	96.339
- Integralização de capital	-	15.458	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.841	16.789	-	-	46.088
- Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.121	-	3.121
- Avaliação Randonprev	-	-	-	-	-	-	-	108	-	-	-	-	-	-	-	108
- Ajustes acumulados de conversão	(5.542)	167	12	80	4.231	798	2	-	42	(14)	(10.150)	4.681	1.064	-	-	(4.629)
- Efeito de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.243)	2.676	-	-	-	(19.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(33.360)	10.743	171	640	46.972	7.393	198	50.017	190	174	52.879	48.249	14.902	108.974	48.119	356.261

Informações das controladas

	Fras-le																
	North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Freios Control	Fras-le Middle	Fras-le Panamericana	Armetal	FANACIF	ASK	Fremax	Jurid	31/12/2018	31/12/2017
Ações (em lote de mil)	1	13.352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.385	-	-	-	-
- Ordinárias	-	-	1	1	1	1	1	54.988	1	1	1	1	-	60.000	56.728	-	-
- Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação no capital social, no final do exercício- %	100	99,49	99	99,66	100	100	100	99,99	100	100	100	100	51	100	80,10	-	-
Ativos	131.731	67.627	193	654	94.569	14.345	197	68.524	213	25.210	61.465	41.977	52.395	122.196	37.547	-	-
Passivos	165.091	56.829	20	12	47.597	6.953	-	18.505	24	25.036	35.687	10.882	23.175	74.702	17.370	-	-
Patrimônio líquido ajustado	(33.360)	10.798	173	642	46.972	7.392	197	50.019	189	174	25.778	31.095	29.220	47.494	20.177	-	-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	4.694	(19.310)	(157)	26	3.039	(288)	(214)	(117)	(130)	(339)	6.162	2.990	(5.785)	(1.548)	(5.144)	-	-
Avaliação Randonprev	-	-	-	-	-	-	-	108	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	(5.542)	167	12	80	4.231	798	2	-	42	(14)	(10.152)	4.681	1.064	-	-	(4.631)	(501)
Mais valia por combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.132)	(2.033)	-	(1.660)	(218)	(8.043)	-
Resultado da equivalência patrimonial	4.694	(18.185)	(155)	26	3.040	(288)	(214)	(117)	(130)	(339)	2.030	957	(2.951)	(3.208)	(5.362)	(20.202)	(16.381)
Valor do investimento líquido	(33.360)	10.743	171	640	46.972	7.393	198	50.017	190	174	52.879	48.249	14.902	108.974	48.119	356.261	188.800

14 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor e importações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	143.588	431.887	10.206	7.729	1.502	5.508	3	600.423
Aquisições	72	5.089	35	525	-	8.841	1.203	15.766
Baixas	(80)	(8.437)	(31)	(30)	(474)	-	-	(9.052)
Transferências	305	4.921	71	17	2	(5.508)	-	(192)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	143.885	433.461	10.281	8.241	1.030	8.841	1.206	606.945
Aquisições	289	4.155	352	856	-	17.767	1.247	24.666
Baixas	-	(2.343)	(41)	(110)	-	-	(413)	(2.907)
Transferências	191	1.893	205	100	4	(1.199)	(1.194)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	144.365	437.166	10.797	9.087	1.034	25.409	846	628.704
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(44.869)	(273.202)	(8.134)	(6.991)	(1.106)	-	-	(334.302)
Depreciação	(3.679)	(19.662)	(316)	(313)	(41)	-	-	(24.011)
Baixas	76	7.217	30	28	176	-	-	7.527
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(48.472)	(285.647)	(8.420)	(7.276)	(971)	-	-	(350.786)
Depreciação	(3.664)	(18.340)	(313)	(363)	(20)	-	-	(22.700)
Baixas	-	1.727	40	111	-	-	-	1.878
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(52.136)	(302.260)	(8.693)	(7.528)	(991)	-	-	(371.608)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95.413	147.813	1.861	965	59	8.841	1.207	256.159
Saldo em 31 de dezembro de 2018	92.229	134.906	2.104	1.559	43	25.409	846	257.096

Consolidado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores e importações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	152.385	613.216	11.946	10.068	1.861	15.839	3	805.318
Aquisições	81	5.720	474	612	-	34.546	1.235	42.668
Aquisições de novos negócios (Nota 2.4 c)	2.382	11.597	174	638	764	743	13	16.311
Mais valia	19.165	4.477	118	-	103	-	-	23.863
Baixas	(79)	(20.333)	(467)	(221)	(559)	(913)	-	(22.572)
Transferências	8.258	9.161	77	30	3	(17.722)	-	(193)
Variação cambial	182	2.432	2	47	(41)	122	-	2.744
Saldo em 31 de dezembro de 2017	182.374	626.270	12.324	11.174	2.131	32.615	1.251	868.139
Aquisições	523	37.538	820	1.794	263	47.859	3.655	92.452
Aquisições de novos negócios (Nota 2.4 c)	25.056	82.115	2.007	1.745	420	2.302	-	113.645
Mais valia	20.964	19.067	132	-	29	-	-	40.192
Baixas	(2.359)	(25.900)	(345)	(323)	(56)	(8.462)	(413)	(37.858)
Transferências	(2.590)	5.128	9.052	322	(12)	(16.955)	(1.292)	(6.347)
Variação cambial	2.617	13.604	84	149	(270)	2.241	6	18.431
Ajuste correção monetária	3.328	6.083	249	1.197	1.541	-	-	12.398
Saldo em 31 de dezembro de 2018	229.913	763.905	24.323	16.058	4.046	59.600	3.207	1.101.052
Depreciação e perda do valor recuperável								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(52.485)	(386.290)	(9.507)	(9.013)	(1.413)	(1.309)	-	(460.017)
Depreciação	(3.884)	(33.229)	(630)	(506)	(76)	-	-	(38.325)
Depreciação novos negócios	(1.127)	(8.008)	(143)	(321)	(380)	-	-	(9.979)
Baixas	76	21.656	476	306	237	-	-	22.751
Transferência	-	(14)	14	-	-	-	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável	(3.282)	(5.749)	-	-	-	-	-	(9.031)
Variação cambial	(191)	(1.363)	(2)	(48)	15	(19)	-	(1.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(60.893)	(412.997)	(9.792)	(9.582)	(1.617)	(1.328)	-	(496.209)
Depreciação	(4.593)	(34.081)	(1.074)	(939)	(134)	-	-	(40.821)
Depreciação novos negócios	(13.285)	(55.196)	(1.162)	(1.248)	(240)	-	-	(71.131)
Baixas	1.660	12.240	290	320	57	-	-	14.567
Transferência	4.107	8.246	(6.299)	57	16	-	-	6.127
Perdas por redução ao valor recuperável	-	7.392	-	-	-	-	-	7.392
Variação cambial	(1.799)	(8.287)	(65)	(183)	81	(228)	-	(10.481)
Ajuste correção monetária	(1.398)	(3.486)	(214)	(682)	(751)	-	-	(6.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(76.201)	(486.169)	(18.316)	(12.257)	(2.588)	(1.556)	-	(597.087)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.481	213.273	2.532	1.592	514	31.287	1.251	371.930
Saldo em 31 de dezembro de 2018	153.712	277.736	6.007	3.801	1.458	58.044	3.207	503.965

Em 31 de dezembro de 2017, ao realizar os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa de Blocos, localizada na controlada Fras-le North-America Inc., não apresentava viabilidade econômica naquele momento, e a Administração não possuía expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto, tendo reconhecido provisão para perdas por *impairment* de R\$ 21.160. A Companhia revisou sua estimativas de recuperação do investimento na unidade Blocos e reverteu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 7.392, sendo que o impacto cambial desta reversão foi de R\$ 3.626 (R\$ 9.031 em 31 de dezembro de 2017), sendo o *impairment* total desta unidade, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 17.394 (R\$ 21.160 em 31 de dezembro de 2017).

Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que outros ativos que poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fabricação de ferramentais	4.273	220	4.964	1.337
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	18.906	8.430	51.810	29.250
Construções e benfeitorias em imóveis	1.323	191	1.734	700
Outros	907	-	1.092	-
	25.409	8.841	59.600	31.287

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 959 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2017). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,48% ao mês (0,50 % ao mês em 31 de dezembro de 2017), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

15 Intangível

Controladora	Intangível em andamento	Softwares e licenças	Total
Custo		30.029	30.029
Saldo em 31 de dezembro de 2016			
Aquisições	-	17	17
Baixas	-	(261)	(261)
Transferência	-	192	192
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	29.977	29.977
Aquisições	574	247	821
Baixas	-	(189)	(189)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	574	30.035	30.609
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(20.035)	(20.035)
Amortização	-	(2.580)	(2.580)
Baixas	-	164	164
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(22.451)	(22.451)
Amortização	-	(2.469)	(2.469)
Baixas	-	92	92
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(24.828)	(24.828)
Valor residual líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	7.526	7.526
Saldo em 31 de dezembro de 2018	574	5.207	5.781

Consolidado

Custo	Intangível em andamento	Softwares licenças	Carteira de clientes	Marcas registradas	Ágios	Direito de uso ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	230	35.260	-	-	-	-	35.490
Aquisições	1.589	713	-	-	-	-	2.302
Mais valia	-	-	40.553	5.569	9.101	-	55.223
Baixas	(729)	(2.273)	-	-	-	-	(3.002)
Transferência	-	193	-	-	-	-	193
Variação cambial	3	93	-	-	-	-	96
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.093	33.986	40.553	5.569	9.101	-	90.302
Aquisições de novos negócios	-	3.488	-	-	-	-	3.488
Aquisições	1.029	2.508	-	-	73.023	-	76.560
Mais valia	-	(3)	12.848	13.279	-	1.322	27.446
Baixas	-	(189)	-	(40)	-	-	(229)
Transferência	(1.093)	2.370	-	-	-	-	1.277
Variação cambial	-	239	-	-	(9.100)	-	(8.861)
Ajuste correção monetária	-	88	-	-	-	-	88
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.029	42.487	53.401	18.808	73.024	1.322	190.071
Amortização e perda do valor recuperável							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(24.552)	-	-	-	-	(24.552)
Amortização	-	(2.867)	-	-	-	-	(2.867)
Baixas	-	2.088	-	-	-	-	2.088
Variação cambial	-	(44)	-	-	-	-	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(25.375)	-	-	-	-	(25.375)
Aquisições de novos negócios	-	(1.430)	-	-	-	-	(1.430)
Amortização	-	(3.181)	-	-	-	-	(3.181)
Baixas	-	92	-	40	-	-	132
Transferências	-	(1.058)	-	-	-	-	(1.058)
Variação cambial	-	(171)	-	-	-	-	(171)
Ajuste correção monetária	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(31.125)	-	40	-	-	(31.085)
Valor residual líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.093	8.611	40.553	5.569	9.101	-	64.927
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.029	11.362	53.401	18.848	73.024	1.322	158.986

Os ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em oito anos. Carteira de clientes, marcas, ágio e direito de uso são originários das combinações de negócios e estão apresentados na nota explicativa 2.4.

(i) Ágio na controlada Armetal

O ágio da controlada Armetal foi avaliado, em 31 de dezembro de 2018, pelo seu valor recuperável. O ágio é composto pelas unidades geradoras de caixa (UGC's) Armetal (Argentina) e Fanacif (Uruguai). As projeções para determinar o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando projeções para o período de cinco anos e perpetuidade. As principais premissas utilizadas, em 31 de dezembro de 2018, foram as seguintes: (i) margem bruta média de 27,28% e 18,66%; (ii) atualização dos custos e despesas baseados em históricos e curvas de preço e de relatórios setoriais; (iii) taxa de desconto antes dos impostos de 17,90% e 14,13% respectivamente; (iv) taxa de crescimento baseada no histórico de crescimento. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõem a UGC e, como resultado desta análise a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de

Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) EBTIDA 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

(ii) Ágio na controlada Fremax

O ágio decorrente da aquisição da controlada Fremax foi avaliado através do *Purchase Price Allocation* (PPA) emitido em 31 de janeiro de 2019, onde os ágios foram apurados na nota de combinação de negócios 2.4.

16 Adesão à programas tributários

Programa de Regularização Tributária (PRT)

A Companhia e a controlada Freios Controil Ltda aderiram ao Programa de Regularização Tributária PRT nos termos da Medida Provisória nº 766 de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1687 de 31 de janeiro de 2017.

O objetivo dessa adesão, foi incluir eventuais discussões administrativas e judiciais detidas juntos às autoridades fiscais federais, em função dos benefícios gerados para a Companhia e controlada com a utilização de prejuízos fiscais de entidades do mesmo grupo econômico e a finalização dessas discussões .

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PRT foram os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.073)	(1.073)
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	(504)
Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF)	(667)	(667)
<i>Drawback</i> - Tributos Federais	(2.415)	(2.415)
Multa	(831)	(1.209)
Juros	(3.725)	(4.255)
Outros	(301)	(301)
Total	(9.012)	(10.424)

A Companhia optou pelo pagamento à vista e em espécie de 20% dos débitos e liquidação de 80% com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Na liquidação destes saldos foram utilizados R\$ 1.129 de prejuízos fiscais próprios, da controlada direta Freios Controil Ltda e R\$ 7.210 com a aquisição de prejuízos fiscais da coligada Randon Implementos para o Transporte Ltda, com deságio de 10%, gerando um benefício de R\$ 721 no resultado.

	Montante das dívidas incluídas no PRT	Redução por pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados
Controladora			
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.073	215	858
Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF)	667	133	534
<i>Drawback</i> - Tributos Federais	2.415	483	1.932
Multa	831	166	665
Juros	3.725	745	2.980

Outros	301	60	241
Total	9.012	1.802	7.210
	Montante das dívidas incluídas no PRT	Redução por pagamento em dinheiro	Prejuízos fiscais utilizados
Consolidado			
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.073	215	858
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	504	101	403
Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF)	667	133	534
<i>Drawback</i> - Tributos Federais	2.415	483	1.932
Multa	1.209	242	967
Juros	4.255	851	3.404
Outros	301	60	241
Total	10.424	2.085	8.339

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora	Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PRT	(9.012)	(10.424)
Crédito de impostos	1.400	1.400
Deságio na aquisição de prejuízos fiscais	721	721
Efeito no resultado	(6.891)	(8.303)

Os valores apresentados foram considerados conforme a Medida Provisória nº 766 de 04 de janeiro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1687 de 31 de janeiro de 2017.

Programa Especial de Quitação e Parcelamento (REFAZ)

Através do Decreto nº 53.417/2017, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, instituiu o “REFAZ”, que é um programa especial de parcelamento e quitação de débitos fiscais provenientes do ICMS, bem como de Autos de Lançamento oriundos de denúncias espontâneas, vencidos até 30 de junho de 2016.

A Companhia aderiu a este programa para regularizar o ICMS decorrente de Auto de Lançamento oriundo de denúncia espontânea de um Ato Concessório de *Drawback*, na modalidade suspensão, no montante de R\$ 4.137. Com a regularização do referido débito a Companhia se beneficiou com a redução de 40% dos juros e 65% da multa e o impacto líquido no resultado foi de R\$ 951.

	Controladora/Consolidado
Montante das dívidas incluídas no REFAZ	(4.137)
Crédito de impostos	2.201
Redução multa	413
Redução juros	572
Efeito no resultado	(951)

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária PERT nos termos da Medida Provisória 783 de 31 de maio de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.711 de 16 de junho de 2017 e convertida na Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017.

Os montantes das dívidas tributárias incluídas no PERT foram os seguintes:

	Controladora/Consolidado
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	(1.618)
PIS e COFINS	(692)
Juros	(6.174)
Encargos	(1.697)
Total	(10.181)

A adesão da Companhia no PERT- demais débitos, teve como opção o pagamento à vista de 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 2 parcelas mensais e sucessivas, de novembro a dezembro de 2017, e o restante liquidado integralmente em janeiro de 2018.

Controladora/Consolidado	Montante das dívidas incluídas no PERT	Redução por pagamento em 2017	Redução multa e juros	Saldo a pagar em 2018
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	(1.618)	81	-	1.537
PIS e COFINS	(692)	34	-	658
Juros	(6.174)	309	5.279	586
Encargos	(1.697)	85	1.612	-
Total	(10.181)	509	6.891	2.781

Os efeitos contábeis no resultado foram:

	Controladora/Consolidado
Montante das dívidas incluídas no PERT	(10.181)
Redução juros e encargos	6.891
Efeito no resultado	(3.290)

17 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas-base de 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo	2018			2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2018	2017
Contingente								
a) cível	-	184	-	-	151	-	-	-
b) tributário	-	9.993	24.201	-	5.705	14.554	4.691	4.668
c) trabalhista	6.040	27.018	84	5.387	23.898	9	8.371	6.196
d) previdenciário	180	-	-	223	-	-	68	60
Total	6.220	37.195	24.285	5.610	29.754	14.563	13.130	10.924

Consolidado

Passivo	2018			2017			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2018	2017
Contingente								
a) cível	-	9.820	-	-	9.034	-	-	-
b) tributário	392	11.459	24.207	89	7.155	14.559	4.786	4.668
c) trabalhista	11.929	43.671	1.923	7.732	28.109	9	9.877	6.916
d) previdenciário	180	-	-	223	-	-	68	60
Total	12.501	64.950	26.130	8.044	44.298	14.568	14.731	11.644

- **Cível** - Tratam-se, principalmente, de ações relacionadas a contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto às obrigações contratuais.

A Freios Controil Ltda., controlada da Companhia, responde por processos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Os principais processos com riscos possível de perda são os seguintes:

- Rescisão de Contrato de Fornecimento** - Trata-se de ação de rescisão de contrato ajuizada por Funderg Hipper Freios Ltda. contra a Freios Controil Ltda., visando a rescisão do contrato de fornecimento de mercadorias fundidas e a condenação da empresa ao pagamento de indenização, referente ao lucro que deixou de auferir com a redução gradativa no volume dos pedidos. Após a manifestação do fornecedor sobre a defesa apresentada pela Freios Controil, o processo aguarda prosseguimento. O valor da causa em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6.197.
- Rescisão de contrato de Representação** – Trata-se de ação de Rescisão do contrato de Representação Comercial com a devida indenização. O processo teve parcial procedência em 1ª e 2ª Instância e aguarda julgamento pelo STJ. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.052.

- **Tributário** - Representado por autuações da Fazenda Federal e Estadual que se encontram em andamento, sendo parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram

apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a. **Imposto de Importação** - A controladora Fras-le S.A. foi autuada pela Receita Federal do Brasil, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6º do Decreto nº 2.072/96. O processo aguarda julgamento do Recurso Especial apresentado pela União. O valor do processo é de R\$ 9.531.
- b. **Contribuição Social** – A controladora Fras-le apresentou Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.106.
- c. **Contribuição Social referente a participação nos resultados dos gerentes e coordenadores** - A controladora Fras-le foi autuada pela Receita Federal do Brasil (Auto de infração nº 37.269.528-0), em razão de suposta inobservância aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O débito foi objeto de discussão administrativa e judicial. Em outubro de 2015, a Companhia aderiu ao PRORELIT (Programa de Redução de Litígios Tributários) para quitação deste débito. O processo encontra-se suspenso até a quitação do parcelamento. O valor envolvido é de R\$ 1.059.
- d. **Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço** - Refere-se à autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul contra a Fras-le S.A., no valor de R\$ 2.064, através do qual o fisco constatou adjudicação do benefício fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. O processo tramita na esfera judicial, sendo que já conta com decisão favorável para a Companhia.
 - **Trabalhista** - Diversas reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.
 - **Previdenciário** – Referem-se a autuações decorrente de Contribuição Previdenciária - INSS.

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 2017	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 2018
Trabalhistas	5.387	988	(335)	6.040
Previdenciário	223	5	(48)	180
	<u>5.610</u>	<u>993</u>	<u>(383)</u>	<u>6.220</u>

Consolidado

	Saldo em	Adição novas	Realização/	Saldo em
	2017	aquisições	Adição	2018
Cível	-	-	59	-
Tributárias	89	-	400	391
Trabalhistas	7.732	61	4.170	11.930
Previdenciário	223	-	5	180
	<u>8.044</u>	<u>61</u>	<u>4.634</u>	<u>12.501</u>

Ativo contingente

O demonstrativo, na data-base de 31 de dezembro de 2018, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos, está abaixo detalhado.

A Companhia não reconhece na Demonstração Financeira os ativos contingentes, exceto quando julgado que o ganho é praticamente certo, ou quando, há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Nesse sentido, cita-se a ação abaixo:

Controladora

	2018			2017		
Ativo Contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	68	507	-	76	449	-
(b)Tributário	-	880	-	1.709	9.628	-
Total	<u>68</u>	<u>1.387</u>	<u>-</u>	<u>1.785</u>	<u>10.077</u>	<u>-</u>

Consolidado

	2018			2017		
Ativo Contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	68	507	-	76	459	-
(b)Tributário	-	880	-	1.709	9.628	-
Total	<u>68</u>	<u>1.387</u>	<u>-</u>	<u>1.785</u>	<u>10.087</u>	<u>-</u>

- (c) Cível - trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança e execução), contudo, os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso terá sua provisão revertida.
- (d) Tributário - representadas basicamente por ações federais relativas a Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social –COFINS; Reintegra, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - A controlada Freios Controil ajuizou Mandado de Segurança, perante a subseção judiciária da Justiça Federal em Novo Hamburgo/RS, em 30/03/2015, objetivando a declaração de seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A empresa obteve ganho de causa, cuja decisão transitou em julgado em 31/08/2018. Todavia, considerando que o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não

consolidou o entendimento e a sentença da Empresa que transitou em julgado não esclareceu qual é o ICMS que deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, ou seja, o valor do imposto destacado nas notas fiscais de saída ou o ICMS devido. Diante dos fatos, há incerteza quanto ao valor efetivo do crédito a ser compensado.

18 Empréstimos e financiamentos

				Controladora		Consolidado	
	Indexador	Juros	Vencimento final do contrato	2018	2017	2018	2017
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP/Taxa fixa	4% a 5% a.a. 1,97% a 7%	02/2020	3.780	3.786	3.780	3.786
BNDES	TJLP	a.a.	11/2019	7.174	7.804	7.174	7.804
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	4.640	3.934	4.640	3.934
Empréstimo Capital de Giro	TJLP	9,94% a.a.	08/2018	-	-	-	66
Empréstimo Capital de Giro	CDI	118,50% a.a.	09/2021	-	-	40	-
Vendor	Selic	3% a.a.	01/2019	2.552	2.526	3.790	3.098
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor + Fixo + Variação cambial	4% a 8,6% a.a.	07/2023	-	-	22.780	12.872
Empréstimos bancários	Taxa fixa	20,6% a.a.	11/2018	-	-	-	2.294
Financiamento ME	Libor + Fixo + Variação cambial	2,97% a 7,86%	07/2025	7.208	-	13.446	-
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	2.743	2.349	2.743	2.349
NCE	Fixo + Variação cambial	3,29% a 6,03% a.a.	02/2021	-	-	6.868	-
Resolução 2770 NCE	Libor + Variação cambial	4,5% a.a.	03/2020	36.305	31.367	36.305	31.367
FINEX	Fixo + Variação cambial	3,09% a 3,4% a.a.	06/2021	-	-	3.891	-
FINIMP	Fixo + Variação cambial	5,77% a.a.	11/2020	-	-	396	-
Team Loan	Fixo + Variação cambial	2,35% a 2,75% a.a.	01/2037	-	-	2.963	-
ACC	Taxa fixa + Variação cambial	3,6% a 3,89% a.a.	06/2019	39.721	67.468	48.597	67.468
				104.123	119.234	157.413	135.038
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP	4% a 5% a.a. 1,97% a 7%	02/2020	629	4.400	629	4.400
BNDES	Taxa Fixa/TJLP	a.a.	11/2019	-	7.108	-	7.108
Empréstimo Capital de Giro	CDI	118,50% a.a.	09/2021	-	-	3000	-
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	16.356	19.808	16.356	19.808
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor + Fixo + Variação cambial	4% a 8,6% a.a.	07/2023	-	-	15.698	6.263
Financiamento ME	Libor + Fixo + Variação cambial	2,97% a 7,86%	07/2025	111.773	-	113.069	-
BNDES	Taxa variável BNDES	1,97% a.a.	01/2020	228	2.530	228	2.530
NCE	Fixo + Variação cambial	3,29% a 6,03% a.a.	02/2021	-	-	5.893	-
Resolução 2770 NCE	Libor + Variação cambial	4,5% a.a.	03/2020	17.612	45.109	17.612	45.109
FINEX	Fixo + Variação cambial	3,09% a 3,4% a.a.	06/2021	-	-	5.286	-
FINIMP	Fixo + Variação cambial	5,77% a.a.	11/2020	-	-	397	-
Team Loan	Fixo + Variação cambial	2,35% a 2,75% a.a.	01/2037	-	-	36.179	-
				146.598	78.955	214.347	85.218
Total de empréstimos sujeitos a juros				250.721	198.189	371.760	220.256

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais/fianças da Randon S.A.

Implementos e Participações no valor de R\$ 63.857 (R\$ 128.196 em 31 de dezembro de 2017).

Os contratos de financiamentos perante o International Finance Corporation (IFC) e os contratos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou o Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 2.552 na controladora e R\$ 3.790 no consolidado (R\$ 2.526 na controladora e R\$ 3.098 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento perante a instituição financeira no prazo pactuado entre as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas pela coligada Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

Movimentação dos passivos do Fluxo de Caixa das atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Fras-le S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Novas aquisições	Alterações caixa		Alterações não caixa		Saldo em 31/12/2018
			Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dividas e juros sobre mútuos	Varição cambial e outros	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	198.189	-	32.641	(7.294)	9.628	17.557	250.721
Juros sobre capital próprio e dividendos	23.743	-	-	(45.991)	44.870	-	22.622
			Alterações caixa		Alterações não caixa		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Saldo em 31/12/2016	Novas aquisições	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dividas e juros sobre mútuos	Varição cambial e outros	Saldo em 31/12/2017
Juros sobre capital próprio e dividendos	226.976	-	(33.943)	(8.452)	10.179	3.429	198.189
	6.991	-	-	(40.973)	57.725	-	23.743
			Alterações caixa		Alterações não caixa		
Consolidado			Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dividas e juros sobre mútuos	Varição cambial e outros	Saldo em 31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Saldo em 31/12/2017	Novas aquisições	83.168	(8.061)	10.543	23.161	371.760
Juros sobre capital próprio e dividendos	220.256	42.693					
	23.743	-	-	(45.991)	44.870	-	22.622
			Alterações caixa		Alterações não caixa		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Saldo em 31/12/2016	Novas aquisições	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Despesa de juros sobre dividas e juros sobre mútuos	Varição cambial e outros	Saldo em 31/12/2017
Juros sobre capital próprio e dividendos	256.168	-	(40.816)	(9.649)	11.195	3.358	220.256
	6.991	-	-	(40.973)	57.725	-	23.743

19 Capital social e reservas

Ações autorizadas	2018	2017
Ações ordinárias	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>
	Em milhares de ações	Em milhares de R\$
Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas		
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017	<u>214.566</u>	<u>600.000</u>

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva geral de lucros

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>				
	Variação cambial de investimentos	Custo atribuído ao imobilizado	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.138	33.340	(7.897)	132	<u>30.713</u>
Adições (baixas) no exercício	<u>(24.196)</u>	<u>(1.769)</u>	<u>3.720</u>	<u>3.000</u>	<u>5.374</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>(19.058)</u>	<u>31.571</u>	<u>(4.177)</u>	<u>3.132</u>	<u>11.468</u>

O ágio e os impostos diferidos sobre a mais valia de combinações de negócios de unidades no exterior foram convertidos pela taxa de fechamento da data de reporte e compõem a variação cambial de investimentos no montante de R\$ 3.086.

Hedge de fluxo de caixa

Contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em *hedges* de fluxo de caixa de R\$ 3.720 (R\$ 7.797 em 2017) que representam os movimentos nos *hedges* de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquidos de impostos.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de *hedge* de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

20 Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	93.329	64.065
Reserva Incentivo Fiscal Fundopem	(269)	(269)
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	1.769	2.091
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido do exercício ajustado	94.829	65.887
Reserva legal (5%)	(4.741)	(3.294)
	<hr/>	<hr/>
Lucro base para distribuição	90.088	62.593
	<hr/>	<hr/>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	22.522	15.648
	<hr/>	<hr/>
Juros sobre capital próprio	49.621	52.697
Imposto de renda	(7.443)	(7.904)

Em 13 de março de 2019 foi proposto pela administração a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 40.467 conforme ata da diretoria 01/19, totalizando a destinação de 100% do resultado do exercício de 2018. Esta destinação será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2019.

Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 49.621 (R\$ 52.697 em 31 de dezembro de 2017) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do

exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 16.871 (R\$ 17.917 em 31 de dezembro de 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

21 Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41- Resultado por ação (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	93.329	64.065
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	214.566	214.566
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	0,4350	0,2986

Assinatura de acordo de acionista

Em 26 de abril de 2016, foi celebrado um acordo de acionistas com o fundo GIF V Pipe Fundo de Investimento em Participações disciplinando o exercício de direito de voto por parte dos controladores da Companhia e o fundo tendo o prazo de vigência de 10 anos, no contexto da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia.

22 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(8.777)	(15.029)	2.252	(17.409)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(15.064)	2.500	(15.965)	(2.026)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(23.841)	(12.529)	(13.713)	(19.435)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	/2018	2017
Demonstração do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Resultado Abrangente Randonprev	(1.490)	-	(1.617)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial - <i>Hedge Accounting</i>	-	1.647	-	1.647
	(1.490)	1.647	(1.617)	1.647

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil, pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro contábil antes dos impostos	117.170	76.594	102.274	83.595
À alíquota fiscal de 34%	(39.838)	(26.042)	(34.774)	(28.422)
Despesa incentivada	1.741	3.742	1.741	3.540
Resultado equivalência patrimonial	(6.301)	(5.570)	-	-
Juros sobre capital próprio	16.871	17.917	16.871	17.917
Mais Valia nas Aquisições	2.176	2.674	2.176	2.674
Ajuste de alíquota no exterior	-	-	4.195	139
Alteração de alíquota*	-	-	-	(9.474)
Outras despesas não dedutíveis	1.510	(5.250)	(3.922)	(5.809)
	(23.841)	(12.529)	(13.713)	(19.435)
Alíquota efetiva	20,35%	16,36%	13,41%	23,25%

(*) Alíquota do país Estados Unidos da América sofreu redução a partir de 2018, sendo que, seu efeito está demonstrado em 31.12.2017.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Provisão para comissões e fretes	675	528	-	-	369	291
Provisão para perdas de crédito esperadas	410	356	-	-	54	(59)
Provisão para litígios	2.126	1.917	-	-	208	135
Provisão para estoques obsoletos	1.558	1.373	-	-	185	174
Operações com derivativos	(291)	(873)	-	1.647	582	(582)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.490)	(1.606)	-	-	116	55
Participação dos diretores e funcionários	2.594	2.551	-	-	42	(340)
Provisões diversas e outros	2.698	2.764	-	-	(37)	(618)
Randonprev avaliação atuarial	-	(218)	(1.490)	-	1.708	213
Ajuste “valor atribuído” do imobilizado	(16.264)	(17.175)	-	-	911	(1.077)
Lucro não realizado nos estoques	2.375	4.510	-	-	(2.135)	(132)
Compra vantajosa Controil	-	(134)	-	-	134	61
Mais Valia	(31.651)	(20.170)	-	-	(15.733)	2.674
Depreciação vida útil / fiscal	(18.239)	(16.770)	-	-	(1.468)	1.705
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(15.064)	2.500
Passivo fiscal diferido	(55.499)	(43.196)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	-	-	(1.490)	1.647	-	-

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio líquido		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prejuízos fiscais a compensar	25.660	24.947	-	-	(2.114)	(7.647)
Provisão para comissões e fretes	776	305	-	-	471	291
Provisão pra perdas de crpedito esperadas	986	674	-	-	312	(39)
Provisão para litígios	3.043	1.955	-	-	1.088	(33)
Provisão estoques obsoletos	2.697	1.679	-	-	1.018	254
Operações de derivativos	(291)	(872)	-	1.647	(2.653)	(582)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(1.426)	(1.319)	-	-	(107)	49
Ativos de indenização	(772)	-	-	-	(772)	-
Participação dos diretores e funcionários	2.722	4.188	-	-	(1.466)	(184)
Provisões diversas	9.382	4.134	-	-	3.878	77
Randonprev avaliação atuarial	-	(218)	(1.617)	-	1.835	213
Ajuste valor atribuído do imobilizado	(20.794)	(22.018)	-	-	1.224	1.135
Mais Valia	(31.651)	(20.170)	-	-	(15.733)	2.674
Compra vantajosa Controil	-	(134)	-	-	134	61
Correção monetária	(381)	-	-	-	(1.510)	-
Depreciação vida útil / fiscal	(18.340)	(16.770)	-	-	(1.570)	1.705
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(15.965)	(2.026)
(Passivo) fiscal diferido	(61.128)	(49.337)	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	32.739	25.718	-	-	-	-

Patrimônio Líquido	-	-	(1.617)	1.647	-	-
---------------------------	---	---	----------------	-------	---	---

23 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas	904.629	821.342	1.465.634	1.110.711
Devoluções de vendas	(1.556)	(1.227)	(2.898)	(3.209)
Ajuste a valor presente	(5.355)	(10.220)	(5.810)	(10.648)
Impostos sobre as vendas	(223.731)	(212.955)	(315.777)	(264.023)
Receita operacional líquida	673.987	596.940	1.141.149	832.831

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(488.613)	(437.119)	(837.529)	(615.664)
Despesas com vendas	(62.566)	(50.883)	(115.044)	(75.187)
Despesas administrativas e gerais	(42.161)	(37.970)	(90.389)	(58.671)
Remuneração dos administradores	(3.741)	(3.926)	(4.436)	(3.926)
Outras despesas operacionais	(12.460)	(20.060)	(22.665)	(33.657)
	(609.541)	(549.958)	(1.070.063)	(787.105)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(25.169)	(26.591)	(44.002)	(41.192)
Despesas com pessoal	(178.989)	(161.147)	(299.912)	(216.744)
Remuneração e participação dos administradores	(3.741)	(3.926)	(4.437)	(3.926)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(250.841)	(223.637)	(449.584)	(336.584)
Frete	(21.286)	(18.564)	(32.289)	(25.382)
Energia elétrica	(12.578)	(10.988)	(26.709)	(15.913)
Comissões	(6.555)	(3.609)	(6.119)	(4.503)
Conservação e manutenção	(32.204)	(23.189)	(57.541)	(30.063)
Aluguéis	(5.824)	(4.656)	(12.952)	(8.197)
Assessoria em TI	(4.291)	(3.015)	(6.076)	(3.045)
Assistência técnica	(1.125)	(1.115)	(2.082)	(1.137)
Custos mercadológicos	(6.048)	(5.010)	(12.543)	(6.483)
Honorários profissionais	(12.048)	(10.361)	(17.988)	(15.608)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	-	(8.764)
Despesas com processos judiciais	(8)	(6.791)	(9)	(6.791)
Multas indedutíveis	(69)	(1.182)	(86)	(1.182)
Outras despesas	(48.765)	(46.177)	(97.734)	(61.591)
	(609.541)	(549.958)	(1.070.063)	(787.105)

25 Despesas com pessoal e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ordenados e salários	137.823	138.523	228.644	177.958
Custos de previdência social	26.452	5.214	28.861	12.664
Custos relacionados com aposentadoria	13.807	935	1.378	1.164
Benefícios concedidos	907	16.475	41.029	24.958
	178.989	161.147	299.912	216.744

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros

apurados em 31 de dezembro de 2018 foi no valor de R\$ 9.347 (R\$ 8.250 em 31 de dezembro de 2017).

26 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Varição cambial	94.609	29.411	147.632	30.258
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	16.360	46.260	17.048	46.568
Ajuste a valor presente	5.440	10.632	6.653	11.093
Outras receitas financeiras	458	6.982	585	8.257
	116.867	93.285	171.918	96.176
Despesas financeiras:				
Varição cambial	(73.634)	(27.059)	(174.158)	(27.508)
Juros sobre financiamentos	(11.205)	(10.994)	(16.736)	(21.216)
Ajuste a valor presente	(2.717)	(3.430)	(5.541)	(3.804)
Juros de mora	(63)	(10.990)	(75)	(11.049)
Despesas bancárias	(5.130)	(6.395)	(9.459)	(7.769)
Descontos concedidos	(175)	(241)	(190)	(458)
Outras despesas financeiras	(6.540)	(5.395)	(11.998)	(6.016)
	(99.464)	(64.504)	(218.157)	(77.820)
Ajuste correção monetária	-	-	8.739	-
Resultado financeiro líquido	17.403	28.781	(37.500)	18.356

27 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de aplicações financeiras de liquidez não imediata, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	2018	2017	2018	2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	162.081	216.316	162.081	216.136
Aplicações financeiras	7	(2)	5.866	241.473	5.866	241.461
Custo amortizado/ Análise perda esperada						
Clientes	8	(2)	247.035	187.402	247.035	187.402
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(62.914)	(53.961)	(62.914)	(53.961)
Empréstimos e financiamentos	18	(2)	(250.721)	(198.189)	(241.489)	(188.128)
Total			101.347	392.861	110.579	402.910
Consolidado			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	2018	2017	2018	2017
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	224.720	237.773	224.720	237.773
Aplicações financeiras	7	(2)	5.871	241.473	5.871	241.461
Custo amortizado/ Análise perda esperada						
Clientes	8	(2)	112.778	77.793	112.778	77.793
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(95.658)	(78.378)	(95.658)	(78.378)
Empréstimos e financiamentos	18	(2)	(371.760)	(220.256)	(385.825)	(207.219)
Total			(124.049)	258.405	(138.114)	271.430

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.
- Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI e variação nas taxas do US\$.

Sensibilidade à taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos à taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2018, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Deterioração das receitas financeiras

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	R\$	14.758	11.068	7.379
		Depreciação da taxa em	25%	50%
Referência para receitas financeiras		Provável	Possível	Remota
CDI %		6,40%	4,80%	3,20%

Aumento das despesas financeiras

	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instituições financeiras	R\$	21.067	22.893	24.673
		Apreciação da taxa em	25%	50%
Referência para passivos financeiros		Provável	Possível	Remota
TJLP		6,98%	8,73%	10,47%
URTJ		2,0454	2,5568	3,0681
CDI		6,40%	8,00%	9,60%
US\$		3,87	4,84	5,81
LIBOR Semestral		2,87%	3,59%	4,31%
IPCA		3,75%	4,68%	5,62%
BADLAR		49,50%	61,88%	74,25%

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 48 /IFRS 09) - Instrumento financeiro: Reconhecimento e Mensuração; e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designa formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda

estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou variação negativa de 17,13% (1,50% positiva em 31 de dezembro de 2017). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido à variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*

Contraparte	Tipo	Taxa de Contratação	Taxa de Designação	Notional US\$	Variação cambial	
					Contabilizada no Patrimônio Líquido *	Valor contábil
Banco Itaú	NCE	1,8316	2,3426	2.727	4.179	10.568

(*) Valor diferido no patrimônio líquido (*hedge accounting*), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações:

Ano de referência	Valor designado financiamento USD (Instrumento de <i>hedge</i>)	Vendas em USD designadas (Objeto de <i>hedge</i>)
2019	2.727	2.727
Total	2.727	2.727

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	110.605	106.931	46.315	26.198
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	55.639	44.989	85.833	51.467
C. Exportações futuras designadas para <i>hedge accounting</i>	2.727	8.183	2.727	8.183
D. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	57.693	70.125	(36.791)	(17.086)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

		Controladora		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Operação	Risco			
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	223.548	279.435	335.323
	Queda do US\$	223.548	167.661	111.774
		Consolidado		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Operação	Risco			
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	(142.558)	(178.197)	(213.836)
	Queda do US\$	(142.558)	(106.918)	(71.279)

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	Nota	2018	2017
Controladora			
Empréstimos e financiamentos	18	250.721	198.189
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	6 e 7	(167.947)	(457.609)
Dívida líquida		82.774	(259.420)
Patrimônio líquido		807.127	780.895
Patrimônio e dívida líquida		889.901	521.475
Quociente de alavancagem		9%	-
	Nota	2018	2017
Consolidado			
Empréstimos e financiamentos	18	371.760	220.256
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata	6 e 7	(230.592)	(479.246)
Dívida líquida		141.168	(258.990)
Patrimônio líquido		807.127	780.895
Patrimônio e dívida líquida		948.295	521.905
Quociente de alavancagem		15%	-

Garantias

A Companhia não têm ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas 6, 7 e 8.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com aproximadamente 27 clientes que deviam mais que R\$ 1.304 cada (em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com aproximadamente 31 clientes que deviam mais que R\$ 1.165 cada), sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 253 clientes, que deviam uma média de aproximadamente R\$ 60 cada. A provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	39.914	78.261	149.742	22.279	290.196	250.721
Fornecedores	<u>63.065</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>63.065</u>	<u>62.914</u>
	102.979	78.261	149.742	22.279	353.261	313.635
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	32.649	88.798	83.492	5.256	210.195	198.189
Fornecedores	<u>54.091</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54.091</u>	<u>53.961</u>
	86.740	88.798	83.492	5.256	264.286	252.150

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	56.573	87.553	212.678	22.279	424.484	371.760
Fornecedores	<u>95.842</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>95.842</u>	<u>95.658</u>
	152.415	87.553	212.678	22.279	520.326	467.418
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	42.112	95.646	90.951	5.256	233.965	220.256
Fornecedores	<u>78.536</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.536</u>	<u>78.378</u>
	120.648	95.646	90.951	5.256	312.501	298.634

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia através da sua controlada Fras-le North America, Inc., contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo “swap” com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos expostas à taxa de juros Libor, trocando este indexador para uma taxa pré-fixada. Tal instrumento representou em 31 de dezembro de 2018 uma MTM (marcação a mercado) de US\$ 0,9 de posição ativa.

Consolidado

Descrição/ Contraparte	Valor de referência		Valor Justo		Efeito acumulado em 2018 (crédito)/débito		Efeito acumulado em 2017 (crédito)/Débito	
	Notional - em milhares de R\$		(crédito) / débito					
	2018	2017	2018	2017	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
SWAP	4	(81)	4	(81)	-	(35)	-	-
Total	<u>4</u>	<u>(81)</u>	<u>4</u>	<u>(81)</u>	<u>-</u>	<u>(35)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

No quadro a seguir, apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses

riscos. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
SWAP	Redução da taxa Libor	4	(170)	(319)

28 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais e fianças:

	Tipo de garantia	Consolidado	
		2018	2017
Freios Controil Ltda.	Aval e fiança	-	66

29 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

- **Segmento de montadoras:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.
- **Segmento de reposição:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	Montadoras		Reposição		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida para terceiros	139.228	104.259	1.001.921	728.572	1.141.149	832.831
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(106.663)	(83.807)	(730.866)	(531.857)	(837.529)	(615.664)
Lucro bruto	32.565	20.452	271.055	196.715	303.620	217.167
Despesas operacionais					(163.846)	(151.928)
Resultado financeiro líquido					(37.500)	18.356
Lucro (antes do imposto sobre o lucro)					102.274	83.595

Despesas operacionais, ativos e passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Região:						
Mercado nacional	93.991	62.062	454.603	356.068	548.594	418.130
Nafta	38.993	36.508	208.669	141.697	247.662	178.205
Europa	1.253	1.374	44.152	43.958	45.405	45.332
Mercosul	343	-	226.731	133.167	227.074	133.167
África	-	-	8.629	17.169	8.629	17.169
Ásia e Oceania	4.648	4.315	25.275	14.121	29.923	18.436
Outros	-	-	33.862	22.392	33.862	22.392
Total	139.228	104.259	1.001.921	728.572	1.141.149	832.831

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

c. Ativo por área geográfica

	Ativo	
	2018	2017
Brasil	525.408	311.810
Estados Unidos	30.645	38.734
Argentina	53.932	75.604
Chile	12	17
México	29	23
China	41.947	18.106
Alemanha	116	201
África do Sul	1	2
Emirados Arábes	-	4
Colômbia	62	30
Uruguai	22.333	22.641
Índia	33.071	-
Holanda	5.405	-
Eliminações	(4.144)	(1.206)
Total	708.817	465.966

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas de seguros são:

		Consolidado Total dos limites de indenização	
	Risco coberto	2018	2017
Prédios, estoques, máquinas e	Incêndio, vendaval, danos elétricos e		
Lucros cessantes	riscos gerais.	130.067	123.393
Veículos	Casco	498	146
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	25.343	28.194
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	5.830	6.121
Acidentes pessoais	Danos pessoais	4.704	2.262
		166.442	160.116